



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000422465

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2104685-53.2025.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é agravante DIEGO CORREIA COSTA DA SILVA, são agravados ROMEU CESAR SCAPIN e FRANCISCO VIEIRA SAMPAIO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ANA MARIA BALDY (Presidente sem voto), FLAVIO ABRAMOVICI E MOURÃO NETO.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

MARRONE SAMPAIO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Agravo de Instrumento nº 2104685-53.2025.8.26.0000

Agravante: Diego Correia Costa da Silva

Agravado: Romeu Cesar Scapin e outro

Comarca: São Paulo

Voto nº 777

Agravo de Instrumento. Justiça gratuita. Pessoa natural. Presunção de veracidade (art. 99, § 3º, CPC). Elementos nos autos que corroboram a alegada hipossuficiência econômico-financeira. Deferimento de rigor. Decisão reformada. Recurso provido.

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão (fls. 72/73) que, nos autos de ação de indenização por danos materiais e morais em decorrência de acidente de trânsito, indeferiu os benefícios da justiça gratuita ao agravante, um dos autores da ação.

Agrava o autor pleiteando o deferimento do benefício, uma vez que recebe salário inferior a três salários-mínimos, não possui saldo relevante em conta bancária, e é isento do recolhimento do imposto de renda.

Sem contraminuta.

Não há oposição ao julgamento virtual.

É o relatório.

O recurso comporta provimento.

Nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil, “*A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à*

gratuidade da justiça, na forma da lei”.

É certo que referida norma deve ser analisada em conjunto com o artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, o qual estabelece que “*o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*”, o que significa que a declaração de pobreza gera mera presunção relativa da necessidade do benefício, cabendo ao juiz, em cada caso concreto, avaliar o efetivo cabimento da benesse legal.

Nesse sentido, tem decidido o C. Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO. PRESUNÇÃO 'JURIS TANTUM'. 1. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, gera presunção 'juris tantum' de necessidade do benefício. 2. Possibilidade de indeferimento do benefício se o magistrado verificar, com base nos elementos dos autos, não ser o postulante do benefício dele necessitado. 3. AGRADO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO (AgRg no REsp 1185351/RJ, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, j. em 14/08/2012).

Os documentos coligidos aos autos, como a apresentação da carteira de trabalho (fls. 9), na qual consta que o agravante exerce a função de porteiro, auferindo salário de R\$ 1.789,16, e a isenção do imposto de renda à Receita Federal, referente aos últimos exercícios (fls. 10), corroboram a alegação de insuficiência de recursos, com salário inferior a três salários-mínimos. Registre-se que a presunção de veracidade, no caso de pessoa natural, decorre de expressa disposição legal (art. 99, § 3º, CPC).

Ainda, há de ressaltar que o agravante não possui patrimônio ou bens declarados, bem como não há saldo relevante em sua conta bancária, conforme depreende-se de fls. 11/71).

Assim, respeitado o entendimento do juízo *a quo*, há elementos nos

autos que reforçam a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência da pessoa natural, inexistindo indícios em sentido contrário aptos a afastar a necessidade de deferimento da benesse pleiteada.

Por fim, ressalte-se que a constituição de advogado particular, desacompanhada de outros elementos, não pode obstar a concessão do benefício, como expressamente dispõe o artigo 99, § 4º, do Código de Processo Civil: “*A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça*”.

Nesse sentido, caracterizada a hipossuficiência econômica do autor Diego, ora agravante, de rigor a reforma da decisão para que sejam concedidos os benefícios da gratuidade da justiça.

Ficam prequestionados os dispositivos suscitados pelas partes, ainda que não expressamente indicados, como forma de se viabilizar o acesso aos Tribunais Superiores.

Ante o exposto, por meu voto, **DÁ-SE PROVIMENTO** ao recurso de agravo de instrumento.

MARRONE SAMPAIO
Relator